

O modo de produção capitalista e a subjetividade individualista subjacente: reflexos sobre a espacialidade urbana

The capitalist mode of production and the underlying individualist
subjectivity: reflections on urban spatiality.

Joceli de Fatima Arruda Sousa

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO:

O trabalho tratará da conceituação de Estado a partir dos aportes de alguns autores. Mostrará ainda que o capitalismo possui peculiaridades no contexto brasileiro. Destarte, pressupõe a identificação das duas classes conflitantes em torno do capital, a classe dominante – os detentores do capital ou a burguesia – e a classe dominada – a classe trabalhadora ou o proletariado. Assim, se poderá demonstrar como a subjetividade dos sujeitos inseridos nesse contexto, tomando tal subjetividade sob as diferentes formas de “individualização” decorrentes do individualismo, é efeito desse modo de produção. Essa individualização, essa racionalidade, produz igualmente o modo como esses sujeitos distribuem-se na espacialidade, ou seja, como os territórios também passam por um intenso processo de individualização. Em última análise, esses sujeitos individualistas terminam por esvaziar e privatizar os espaços anteriormente públicos, o que prejudica a socialização do sujeito inserido no processo de acumulação capitalista, causando o recrudescimento dos conflitos sociais.

Palavras-chave: Estado; Capitalismo; Subjetividade; Trabalho.

ABSTRACT:

That work will address the concept of the state, from the contributions of some authors. Also show that capitalism has peculiarities in the Brazilian context. Thus, presupposes the identification of two conflicting classes around the capital, the ruling class - the owners of capital or the bourgeoisie - and dominated class - the working class or proletariat. So if you can demonstrate how the subjectivity of the subjects within this context, making such subjectivity in the different forms of "individualization" arising from individualism, is an effect fo this mode of production. This individualization, this rationale, also produces the way these subjects are distributed in spatiality, as the territories also go through an intense process of individualization. Ultimately, these guys end up empty individualistic and privatizing formerly public spaces, which affect the socialization of the subject inserted in the process of capitalist accumulation, causing the rise of social conflict.

Key-words: State; Capitalism; Subjectivity; Labor.

Introdução

Este texto pretende discutir a subjetividade¹ contemporânea, tomando, para tanto, dois conceitos – o de Estado capitalista e o de classe – e analisando-os nas suas mediações com os espaços urbanos privatizados. Pretende-se demonstrar como o modo de produção capitalista determina o tipo de subjetividade do sujeito² no sentido das diferentes formas de “individuação” decorrentes do individualismo liberal, do racionalismo administrativo, tecnocrático e disciplinar e do individualismo e coletivismo românticos.

Entendemos o Estado capitalista, sobretudo o capitalismo tardio que ocorreu no Brasil ao longo do século XX, a partir dos aportes de alguns autores que versaram sobre o tema. Saliente-se que a compreensão de que o capitalismo possui peculiaridades no contexto brasileiro não é feita de maneira acrítica, como se as construções geográficas artificialmente criadas a partir da recente formação do Estado nacional fossem naturais e sempre tivessem existido no mundo, mas de modo a tomar em conta as distinções existentes, sem descurar da complexidade do fenômeno capitalista ao redor do globo (HARVEY, 2004).

O conflito de classes comparece no texto pressupondo a identificação das duas classes conflitantes em torno do capital, a classe dominante – os detentores do capital ou a burguesia – e a classe dominada – a classe trabalhadora ou o proletariado. Muito se discute acerca dos “casos-limite”, ou seja, os casos em que não parece em princípio tão clara a condição de burguês ou proletário de dado sujeito. Nesse sentido, vale tomar a acepção de “classe-que-vive-do-trabalho” de Ricardo Antunes³ para ampliar a noção de classe trabalhadora e inseri-la nas reflexões subsequentes.

Desse modo, essa individualização gera uma “hipertrofia liberal do princípio do mercado, acoplada a uma forte regulação disciplinar, ambas mantidas graças a um processo de dessocialização, privatismo e narcisismo” (MANCEBO, 2004). Tal racionalidade reproduz igualmente o modo como esses sujeitos distribuem-se na espacialidade, ou seja, como os territórios também passam por um intenso processo de individualização. Em última análise, esses sujeitos individualistas terminam por esvaziar e privatizar os espaços outrora públicos, o que prejudica sobremaneira a socialização e a participação coletiva.

1. O modo de produção capitalista no Brasil e no mundo: o entrelaçamento entre Estado, sociedade de classes e política

O processo de acumulação capitalista diferencia-se das demais formas pré-capitalistas porque neste modo de produção a acumulação da mais-valia é feita de modo exclusivamente econômico. Nas formações pré-capitalistas, a mais-valia é extraída do trabalhador por modos extra-econômicos, através da coação militar ou mediante obrigações tradicionais ou morais, relações de hierarquia habituais, entre outros meios, que determinarão a transferência do excedente de trabalho para um senhor feudal, um

soberano, o Estado ou o Clero, por exemplo, mediante a prestação de serviços, taxas, impostos ou aluguéis (WOOD, 2003:35).

Portanto, no capitalismo, a transferência da mais-valia é pautada por critérios econômicos, sendo secundários aspectos outros, em contraposição às demais formas pré-capitalistas de organização da produção, como o feudalismo, sobretudo na Europa.

Mas o modo de produção capitalista necessita de uma confluência de fatores para que possa desenvolver-se a contento para uma determinada classe historicamente dominante, a burguesia. Dentre esses fatores, há uma estrutura de dominação em especial que apoia a manutenção da desigualdade, qual seja, o Estado. Ao longo da história, ele tem sido fundamental para a sustentação do processo de expropriação que constitui a base do funcionamento do capitalismo, pois a existência e manutenção da propriedade privada absoluta, das relações contratuais que ligam o expropriante ao expropriado e do processo de troca e circulação de mercadorias amparam-se em formas legais, no aparato de coerção e nas funções policiais típicas de Estado (WOOD, 2003: 35).

Não obstante, aquilo que constitui o Estado não é igualmente conceituado por Marx e pelos teóricos subsequentes. Marx, ao retomar a discussão suscitada pelos contratualistas europeus, demonstra que a gênese do Estado pode ser encontrada nas relações sociais subjacentes a ele, ou seja, o Estado não pode ser compreendido como uma entidade em si, um *ser* autônomo desligado da sociedade na qual se insere. O Estado, desta forma, “é um *Estado de classes*, não é a encarnação da Razão universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses *comuns* de uma classe *particular*” (COUTINHO, 1996).

O Estado do *Manifesto* de Marx e Engels é o “comitê das classes dominantes”, pois configura o “poder de opressão de uma classe sobre outra”. Lênin, a seu turno, restringe ainda mais o conceito de Marx e Engels, considerando que “o exército permanente e a polícia são os instrumentos fundamentais” do poder do Estado (COUTINHO, 1996).

Gramsci, ao contrário, amplia o sentido de Estado. Ele o conceitua em sentido amplo e em sentido estrito. Em sentido amplo, o Estado engloba tanto a sociedade política (aquilo que constituía, de certo modo, os conceitos anteriores) e a sociedade civil; já em sentido estrito, o Estado é constituído pela sociedade política.

De acordo com a imbricação da esfera da sociedade política e da esfera da sociedade civil é que um Estado pode ser mais coercitivo ou mais consensual, a

depende do peso de cada esfera em determinado contexto histórico. Se o Estado em sentido estrito, a sociedade política, domina, tem relevância maior sobre a sociedade civil, o Estado será mais coercitivo; em havendo uma sociedade civil cuja importância é proporcionalmente igual à sociedade política, ter-se-á um Estado mais consensual.

É nesse aspecto que Gramsci discordará dos revolucionários russos quanto à estratégia do proletariado na tomada do poder. Para os russos, a dominação ocorre em face de um Estado do tipo oriental (cujo exemplo maior era a Rússia czarista pré-revolucionária), ou seja, que exige do proletariado uma luta direta e frontal para tomar o Estado, numa guerra de movimento. Os revolucionários russos entendiam que essa forma de tomada de poder devia ser estendida a todos os países, pois fora a estratégia que funcionara na Rússia e, conseqüentemente, funcionaria nos demais países.

Mas Gramsci afirmava que nas sociedades do tipo ocidental – como a maioria dos países do outro lado da Europa –, que se caracterizam por terem uma sociedade civil com o mesmo poder da sociedade política, e não uma sociedade civil desagregada, gelatinosa, em que o Estado (em sentido estrito) é tudo e a sociedade civil é nada, deveria haver uma guerra de posição, ou seja, não uma tentativa de conquista através de um conflito direto, mas uma conquista progressiva de espaços no seio e pela sociedade civil.

Conterrâneo de Gramsci, Togliatti amplia a concepção de Estado. Para ele, o Estado não mais encarna direta e imediatamente os interesses da classe dominante, ou seja, não é simplesmente o “comitê da classe dominante” ou mero “poder de opressão” de classe, “mas é *também* o resultado de um equilíbrio dinâmico e mutável entre classes dominantes e classes subalternas, no qual essas últimas conseguem (ou podem conseguir) implantar posições *de poder* no seio dos aparelhos do Estado” (COUTINHO, 1996). O Estado, por conseguinte, não mais encarna a figura de subalterno da classe dominante, utilizado como mais um instrumento de perpetuação da dominação da classe proletária, mas pode ser também utilizado pelas classes dominadas para a instauração de posições de poder dentro das trincheiras estatais.

Já para Poulantzas, “o Estado [...] não deve ser considerado como uma entidade em si, mas – do mesmo modo como, de resto, deve ser feito com o ‘capital’ – como uma relação; mais exatamente, como *a condensação material de uma correlação de forças* entre classes e frações de classe, tal como essa se expressa, sempre de modo específico, no seio do Estado” (POULANTZAS *apud* COUTINHO, 1996). Ainda segundo ele, o

próprio Estado se materializa numa luta de classes, onde as classes chocam-se entre si na disputa pelo poder.

Mas o que era um movimento restrito em grande medida à Europa e aos Estados Unidos em meados do século XIX, o capitalismo, acabou por se tornar o modo de produção, e mesmo de existência, dominante na maior parte do planeta durante o século seguinte (FONTES, 2005). No Estado capitalista contemporâneo, não se reproduzem apenas as relações e os conflitos de classe internos, mas igualmente as relações e conflitos internacionais, ou seja, o conflito entre o capital “nacional” e “internacional”. O Estado não é somente a expressão de relações de classe e de relações de força “internas”, mas de uma rede internacional dessas relações de classe e de força (HIRSCH, 2007).

De um lado, o capital nacional, oriundo das classes hegemônicas tradicionais dos países em desenvolvimento, remunera a mercadoria nacional e, em regra, é reinvestido no próprio país; já o capital internacional, oriundo da burguesia assentada nos países desenvolvidos, centros de decisão e de poder, não permanece perenemente no país no qual ele é investido, mas apenas transitoriamente, apenas até que a remuneração seja, em regra, remetida ao seu país de origem. Esse capital estrangeiro possui mais intensa volatilidade, eis que a regulamentação por ele sofrida é menor do que a sentida pelo capital nacional, daí o conflito.

O capitalismo, de maneira ainda bastante incipiente, começa, no Brasil, na segunda metade do século XIX, com o fim do tráfico internacional de escravos africanos. Porém a penetração do trabalho assalariado só se dará em larga escala no país a partir da Abolição, em 1888, e com a chegada crescente de imigrantes desde o final do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial. O Brasil pertence, assim, ao chamado capitalismo tardio, que vai se desenvolver apenas após a industrialização da Europa e EUA já estar madura, caminhando para uma nova fase do desenvolvimento capitalista.

Na República, ainda no período antecedente à Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos e a França passam a influenciar mais o capitalismo nacional, tendo em vista o recrudescimento do papel de liderança global da Inglaterra (CERVO & BUENO, 2010: 202). A economia nacional pautava-se majoritariamente na exportação cafeeira e, por conta do grande consumo do grão na América do Norte, o comércio entre Brasil e EUA foi crescendo ano a ano. Pelo sul saía o café e pelo norte saíam os capitais de investimento para a industrialização brasileira (CERVO & BUENO, 2010: 203).

Já na década de 1930, após a depressão causada pela Bolsa de Nova York em 1929, o capital nacional começa a se chocar com o internacional, em vista do declínio das exportações nacionais, tanto para os EUA quanto para a Europa. Um tratado de livre-comércio de 1935 foi bastante criticado, pois apesar de isentar de tarifas alfandegárias diversos produtos brasileiros destinados aos EUA, prejudicava sensivelmente a incipiente industrialização, pois favorecia as importações de manufaturas estadunidenses (CERVO & BUENO, 2010: 254).

Em que pese a política getulista ambígua durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi paulatinamente se aproximando cada vez mais dos Estados Unidos. Nesse período (1938-1940), os acordos bilaterais de crédito e cooperação econômica fizeram as exportações norte-americanas corresponderem a mais de 50% da pauta de importações brasileiras (CERVO & BUENO, 2010: 257). Após um período de turbulências, com Vargas e Dutra, com a “ascensão do vice João Café Filho à Presidência da República, ascenderam também ao poder pessoas que integravam uma tendência mais simpática ao capital estrangeiro” (CERVO & BUENO, 2010: 284), culminando com o lançamento da Operação Pan-Americana com Juscelino Kubistchek.

No governo de JK (1956-1961), ocorre uma abertura mais agressiva ao capital estrangeiro, mas isso não se revelou uma atitude contrária aos interesses do capital brasileiro; em verdade, a burguesia nacional percebeu que obteria grandes lucros com sua associação ao capital internacional, mesmo que isso significasse certa subserviência. (COUTINHO, 2008: 121). A dependência do capital internacional marcará, portanto, a industrialização no Brasil e a consolidação do modo de produção capitalista em nosso país, historicamente dependente dos centros de decisão político-econômicos situados nos países centrais, notadamente os EUA e o bloco europeu, que ainda emergia sob os escombros da Segunda Guerra Mundial.

Outro traço marcante do capitalismo brasileiro é a forma como o Estado desempenhou papel relevante perante a sociedade durante a gestação e o desenvolvimento do capitalismo. Mesmo assumindo uma postura autoritária e centralizadora, o Estado brasileiro apenas aparentemente se superpunha à ordem privada, eis que a força oriunda dessa forma política esteve sempre claramente a serviço dos interesses estritamente privados (COUTINHO, 2008: 124).

Somente no entardecer da ditadura (1964-1985), ainda que isso possa parecer contraditório, é que a sociedade brasileira conseguiu alcançar o Estado, tornando-se

uma sociedade do tipo “ocidental”, conforme a divisão feita por Gramsci (sociedade civil e Estado equilibram-se, e mesmo que o Estado seja muito forte, a sociedade também o é; ao contrário das sociedades do tipo oriental, onde o Estado é tudo e a sociedade é fraca e gelatinosa). A sociedade brasileira organiza-se no século XX, mais ao tipo norte-americano, com uma sociedade civil forte e articulada, mas com partidos fracos e organização sindical corporativa; ao contrário do tipo europeu, na qual os partidos têm base de sustentação homogênea e programas bem definidos e os sindicatos são representativos de parte significativa da força de trabalho. A vida econômica é deixada ao livre jogo de mercado e o conflito de interesses se resolve numa espécie de mercado político, daí o aparecimento do clientelismo, apadrinhamento e as mais diversas formas de *politicagem*, típicos da sociedade política brasileira. Porém, nessa formatação social, os grupos organizados com recursos obtêm resultados, ao passo que os desprovidos de recursos são excluídos do processo, sem condições de obter influência real no processo político de tomada de decisões (COUTINHO, 2008: 132-137). Consequentemente, aqueles que são excluídos do processo decisório são igualmente excluídos das benesses que essas decisões eventualmente acabam gerando, culminando numa intensificação mais clara e aberta da divisão de classes e da desigualdade social.

A classe dominante no Brasil sempre conseguiu manipular o Estado para a conservação de seus interesses de modo bastante eficaz. Obviamente que essa dominação por interesses privados – de uma determinada classe sobre outra, frise-se – é característica do Estado capitalista em geral, não sendo uma peculiaridade da sociedade brasileira. Entretanto, tal privatismo assume contornos acentuados em relação a outros países capitalistas (COUTINHO, 2008: 126).

Porém, não se pode falar em Estado e sociedade, ou em política e economia, de maneira estanque. Apesar de o econômico, no capitalismo, determinar a vida social – pois, se predomina o capital, as relações sociais serão lastreadas pela exigência eminentemente econômica da acumulação, subordinando a vida dos indivíduos ao mercado (FONTES, 2009) –, a dimensão política do capitalismo é igualmente importante. “A separação entre ‘Estado’ e ‘sociedade’ não é absoluta, mas implica uma relação recíproca sob a forma de ‘intervensões estatais’ e de influências ‘sociais’ sobre o Estado” (HIRSCH, 2007).

O Estado só pode existir se o modo de produção capitalista, a economia capitalista, continuar a existir⁴; igualmente, a economia capitalista só pode manter-se se o Estado subsistir. Ou, nas palavras de Joachim Hirsch:

O Estado só pode se manter em sua particular determinação formal, enquanto estiver garantido o processo de reprodução econômica como processo de valorização do capital. [...] Ao mesmo tempo, a permanência do processo de reprodução econômica pressupõe a existência do Estado enquanto instância 'especial'. [...] Nesse sentido, eles [Estado e sociedade] formam uma totalidade contraditória (HIRSCH, 2007).

A artificial separação entre o político e o econômico é falsa e, em verdade, tal separação “estrutural” talvez seja o mecanismo mais eficiente de defesa do capital, pois “questões essencialmente políticas, como a disposição do poder de controlar a produção e a apropriação, ou a alocação do trabalho e dos recursos sociais, foram afastadas da arena política e deslocadas para outra esfera” (WOOD, 2003: 28).

Na realidade, em síntese, não há como falar em questões sociais sem que as questões políticas a elas subjacentes sejam também abordadas. Numa acepção gramsciana de Estado em sentido amplo, que congrega a sociedade política e a sociedade civil, é virtualmente impossível travar uma discussão econômico-social sem que a dimensão política, sem que as imbricações econômico-políticas entrem em pauta. O modo ou a intensidade como a classe dominada é explorada pela classe dominante não pode ser integralmente compreendido se não se questionar como o Estado, através de seus instrumentos administrativos, jurídicos e políticos age no seio dessa disputa. A própria estrutura da argumentação de Marx, em *O Capital*, sugere que para ele, “o segredo último da produção capitalista é político” (WOOD, 2003: 28).

Por isso, a compreensão de que o poder político é espacialmente separado da economia e nela somente pode *intervir*, mas que esta é despolitizada e esvaziada de conteúdo social acaba perpetuando práticas ideológicas que o próprio Marx já combatia, pois termina por confirmar a *naturalidade* das relações de produção capitalista (WOOD, 2003: 29), tanto para a classe dominante, quanto – o que é pior – para a classe dominada.

E apesar de nestes tempos se falar em globalização, empresas transnacionais, mercado internacional, uniões transfronteiriças e instituições e organismos internacionais, o Estado nacional é determinante para a continuidade do *sucesso* do capitalismo contemporâneo, conforme assegura Joachim Hirsch:

A contradição entre a existência do capital como mercado mundial e sua forma política nacional-estatal é fundamental: a própria constituição da forma política é

determinada por relações econômicas internacionais de entrelaçamento e de dependência, e condiciona simultaneamente uma crescente internacionalização da produção, um fortalecimento e expansão de instituições políticas internacionais e supranacionais que, se não podem substituir os Estados nacionais, podem modificar de forma considerável o seu significado para a organização e reprodução das relações entre as classes. Às formas de mediação entre 'Estado' e 'sociedade' se somam complexas 'relações externas', bem como um forte entrelaçamento de instituições nacional-estatais e internacionais. Colocado tendencialmente em questão pela internacionalização da produção e a intensificação das relações mercantis mundiais, o Estado nacional permanece, no entanto, como a base decisiva da forma política capitalista, o que não exclui a possibilidade do desaparecimento de determinados estados, ou a sua união com unidades políticas maiores. (HIRSCH, 2007)

O Estado nacional, no capitalismo, ainda possui tamanha relevância exatamente por deter o monopólio da força coercitiva e ser sustentado pelo poder econômico, exercendo “uma autoridade sem precedentes no grau de controle sobre a atividade produtiva e os seres humanos nela engajados” (WOOD, 2003: 36).

É nesse sentido que o Estado capitalista burguês, ao tomar em si o conflito de classes e fomentar uma cultura do individualismo, “produz subjetividades que assumem o discurso do Estado e do capital, de modo a excluir o social da discussão, como se esse fosse o único, natural e inquestionável discurso possível” (MANCEBO & JACÓ-VILELA, 2004). O Estado, seja por via da sociedade política, seja pela sociedade civil, sobretudo num Estado marcado pelo intenso privatismo e pelo profundo autoritarismo ainda recentes, incentiva uma postura marcadamente individualista, de cunho economicista, que exclui a dimensão social e induz a sociedade a internalizar esse discurso e a exercitar o individualismo.

2. A subjetividade e o Estado: individualismo produzido e reproduzido pelo capital

O capitalismo se tornou o modo de produção por excelência a partir do século XIX em grande parte dos países e se fixou tardiamente em outros já no século seguinte, como é o caso do Brasil. O fenômeno capitalista acentua-se dramaticamente na última quadra do século XX com a globalização dos mercados de capitais, pelo que se pode afirmar, com espreque no elevado grau de consenso dos autores que tratam do tema, que se está hodiernamente diante de uma nova etapa de “universalização do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório” (MANCEBO, 2003). A racionalidade e o modo de produção e de reprodução da vida e da sociabilidade capitalistas imperaram

de tamanha forma que se chegou a decretar o *fim da história* (FUKUYAMA, 1992), com a vitória final da democracia liberal ocidental apoiada pelo capitalismo.

O atual estágio do capitalismo globalizado gerou e reforçou múltiplos efeitos gerados em seu processo desigual, como o “aumento da desigualdade social e espacial, a crescente concentração de renda, o incremento do desemprego estrutural, a flexibilização dos direitos sociais e o aumento do sentimento de insegurança no trabalho e na vida” (MANCEBO, 2003). A desigualdade gerada pelo capitalismo – e reforçada ao longo das últimas décadas – não é retórica, mas facilmente detectável na realidade social. O aumento da desigualdade social e espacial e da concentração de renda ocorrem não apenas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos⁵, mas também no interior dos Estados⁶, e mesmo dentro das cidades⁷, onde as camadas mais ricas da população passaram a deter percentualmente ainda mais renda que as camadas mais pobres⁸; o incremento do desemprego estrutural faz crescer o exército de reserva, pauperizando as relações de trabalho e causa retrocessos na conquista de direitos pelos trabalhadores; tudo acirrado pela presença cada vez mais intensa dos processos de acumulação capitalista em escala global.

É nesse contexto de exclusão social crescente que a psicologia social pode colaborar para ampliar a compreensão de indivíduo e de sociedade, bem como da produção de sua existência material e concreta (MANCEBO, 2004). A epistemologia não se constroi a partir do nada, mas do contexto de uma determinada sociedade em uma dada temporalidade e espacialidade, embebida de uma cultura e de conhecimentos que lhe são tradicionalmente pertencentes. A subjetividade dos agentes sociais não pode ser compreendida se todos esses prismas não forem analisados em conjunto.

A cultura individualista hodierna, onde os sujeitos sociais nela imersos cunham sua identidade e seus valores, não é inata à humanidade, mas uma categoria localizável histórica e geograficamente (MANCEBO, 2004). Por isso, o individualismo que impera na sociedade capitalista não pode ser captado apenas sob um viés de naturalidade, de imanência sem história, atemporal e onipresente, ou seja, um individualismo neutralizado das condições sociais que o permeiam constantemente.

Segundo Mancebo (2004), nesse individualismo existem variadas formas de “individualização”, que serão tratadas na sequência, detalhadamente, de modo a fornecer os pressupostos para as análises feitas mais adiante.

O individualismo liberal, bem caracterizado originalmente pelo contratualista John Locke, propunha que os indivíduos, por serem portadores de personalidades soberanas e de identidades delimitadas, teriam a capacidade de permanência durante o tempo, ou seja, seriam atemporais, pelo que constituiriam o fundamento primeiro da organização social.

O racionalismo administrativo, tecnocrático e disciplinar, formulado nas suas bases pelo utilitarista Jeremy Bentham, pretendia substituir o ideário do liberalismo de defesa intransigente dos direitos naturais por uma intervenção positiva da vida social, de um modo mais administrativo, interventor, controlador dos comportamentos individuais, de modo a maximizar a harmonia coletiva.

Michel Foucault avaliou como essa racionalidade germinou no seio da sociedade capitalista de modo que o próprio indivíduo passou a constituir um produto criado pelos poderes disciplinares para tornar máxima sua utilidade social com um mínimo de recursos. Esses poderes disciplinares paulatinamente reduziram a necessidade do poder estatal opressor na medida em que eram cada vez mais adotados pelas práticas de normatização de escolas, hospitais, prisões e pelas demais instituições “disciplinadoras”.

A subjetividade, portanto, é analisada a partir de sua “utilidade” perante a sociedade e deve ser treinada para que o sujeito desempenhe os papéis a ele delegados, de forma dócil, com vistas à “máxima felicidade geral”.

De outra banda, o individualismo e o coletivismo românticos, originários da cultura alemã⁹, tinham uma noção de individualidade que enfatizava a possibilidade de o sujeito avançar plenamente com suas potencialidades, através do desenvolvimento de sua particularidade¹⁰, singularidade¹¹ e interioridade¹².

Ao contrário do individualismo liberal, que clamava por uma aberta divisão entre a esfera pública e a esfera privada, já que a liberdade individual necessitava de um espaço privado bem delimitado para poder desenvolver-se plenamente, o coletivismo romântico embaralhava essa cisão ao indicar que a interioridade de cada sujeito era a melhor julgadora para os demais, de modo que o indivíduo, ao procurar o coletivo, acabava fazendo-o com seus próprios objetivos, privados.

Esses três modos de perceber a individualidade convivem conjuntamente, ainda que o peso de cada um tenha mudado ao longo do tempo. Mancebo (2004) conclui que a partir dos anos 70, com o rearranjo do capitalismo neoliberal, vive-se uma “hipertrofia

liberal do princípio do mercado, acoplada a uma forte regulação disciplinar, ambas mantidas graças a um processo de dessocialização, privatismo e narcisismo”.

O individualismo liberal é perceptível no discurso da centralidade dos direitos individuais, em especial a propriedade e a liberdade. O capitalismo procura naturalizar o direito de propriedade da forma mais absoluta possível, de modo a fazer crer que a história da humanidade sempre foi acompanhada da propriedade; instiga-se a acreditar que a primeira propriedade do homem é sua própria vida, razão pela qual todo homem já nasce com a noção de propriedade entranhada em si; a defesa da vida, nesse sentido, nada mais seria que a defesa da primeira propriedade que todo ser humano possui.

A liberdade absoluta, igualmente, seria a melhor juíza para as relações sociais e econômicas, pois o homem, por ser naturalmente livre, também deveria deixar livre o mercado, que se auto-regularia com vistas ao progresso e estabilidade constantes. Mas a interioridade dos indivíduos assume papel relevante com o liberalismo, pois é nela, livre das intervenções do Estado ou de outrem, que a personalidade e a identidade se desenvolveriam com plenitude, o que vai ter influência direta no modo como a sociedade se organiza.

O racionalismo administrativo, tecnocrático e disciplinar é encontrado na sociedade capitalista atual pela sua “forte regulação disciplinar”, como diz Mancebo (2004). É por conta dessa racionalidade que, apesar de a defesa do neoliberalismo pautar-se pelo *enxugamento* do Estado, ou seja, do afastamento do Estado perante o mercado – que teria mecanismos muito mais eficientes de regulação –, o modo de produção capitalista é extremamente dependente do Estado burguês. A metáfora de maximização da harmonia coletiva é bem aplicada à maximização da exploração da classe subalterna, que só é possível graças ao cada vez mais refinado aparato estatal de controle, intervenção, administração, normatização e disciplina.

Os conceitos capitalistas são instilados na mente dos indivíduos, como já dito, de modo a naturalizá-los mesmo àqueles que são sujeitos da classe dominada. Assim é que se cria o sujeito dócil para a vida em uma sociedade desigual, que aceitará essa desigualdade com naturalidade ao longo do tempo¹³.

O individualismo romântico cria na sociedade capitalista indivíduos *dessocializados, privatistas e narcisistas*, para usar os termos de Mancebo (2004). Ao fomentar a busca por uma interioridade, o individualismo romântico institui uma dessocialização generalizada; o *eu-próprio* é que será capaz de desenvolver a

personalidade, pelo que a sociedade, como entidade que propicia crescimento pessoal, torna-se secundária no desenvolvimento pessoal. Com isso, a divisão entre o público e o privado fica pouco nítida, já que o sujeito vai para a esfera pública com as lentes da esfera privada, ou seja, busca no espaço público objetivos eminentemente privados. É com essa visão que a cidade contemporânea é construída; com as lentes de sujeitos privados que, visando maximizar os lucros, procuram na esfera pública o terreno fértil para a consecução de seus objetivos privados.

Assim também os administradores públicos, que ao administrarem a coisa pública encarnam a personalidade de um dirigente empresarial, narcisicamente gerindo o dinheiro público a partir de premissas particulares, sem que seja efetivada uma democracia participativa dos demais sujeitos da sociedade civil.

O capital, dessa forma, gerencia a vida da maioria dos indivíduos em prol da vida dos outros poucos, sob a batuta de um individualismo, ainda que contraditoriamente, liberal, disciplinador e romântico. Como a liberdade se ampara no mercado e na acumulação, aqueles que não detêm os recursos necessários têm sua vida e sua liberdade amputadas (FONTES, 2009). Resta-lhes viver uma meia-vida numa meia-liberdade, que se origina de uma meia-verdade: o individualismo burguês é, naturalmente, o espaço de realização de uma vida livre e, sem ele, o ser humano não tem alternativa possível de vida ou liberdade.

Por esse motivo é que diante da crescente insegurança no cotidiano das cidades, as pessoas não mais pensam em soluções dos problemas que geram a falta de segurança, como a má-distribuição de renda, a pauperização das classes menos abastadas, o crescimento do desemprego estrutural, que atinge em especial as parcelas mais desfavorecidas dos trabalhadores, mas procuram espaços privados de autoproteção, como os *shopping-centers*, os clubes privados, os condomínios fechados ou mesmos os carros blindados, em detrimento das lojas de rua, das praças públicas ou do transporte coletivo. Na realidade, “o espaço público está desaparecendo, protegido policial e tecnologicamente contra a crescente violência urbana, em prol de um fechamento individual cada vez mais acentuado” (MANCEBO, 2004). Mesmo os locais onde tal fenômeno era impensável há pouco tempo, como as cidades de pequeno porte, passaram a assistir recentemente ao surgimento desses espaços de proteção individualistas.

A influência do individualismo romantizado faz-se sentir no aumento da intimização da vida, com conseqüente esvaziamento do espaço público – apontado cada vez mais como o “espaço de ninguém”, ao invés de o “espaço de todos” – ou sua

invasão pelo privado – apontado como o redentor de um espaço degradado, abandonado –, que levam a uma dissolução do desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, os quais deixam de conviver com os demais integrantes daquela dada sociedade e de efetivar trocas com eles (MANCEBO, 2004). O discurso individualista “elimina a multiplicidade das relações sociais reais – a vida concreta, a humanidade real, a totalidade – e coloca na frente da cena um ser singular isolado, defrontado com suas necessidades biológicas e temeroso das relações sociais (estranhadas), sem as quais não pode existir” (FONTES, 2009).

Ao lado da intimização da vida, grassa a parcela da população que não possui mínimas condições de vida, verdadeiros excluídos do processo capitalista, que se vêem materialmente impedidos de “participar dos atrativos do século global” (MANCEBO, 2003). Para a maioria da população mundial – e a população brasileira não escapa dessa triste realidade –, os avanços tecnológicos, a queda de barreiras comerciais, os largos avanços do PIB, a evolução sem precedentes das ciências médicas ou a mais avançada genética não passam de “ficção científica”, tão distante e impensável quanto um robô no início da industrialização pós-medieval. Apesar de o capitalismo ter trazido avanços e benefícios inauditos, e numa escala incomensurável para um cidadão do século XIX, o fez de modo parcial, apenas para uma – cada vez mais – diminuta parcela da população, facilmente identificável como aquela que majoritariamente detém o capital.

A exacerbação do individualismo, ao mesmo tempo liberal, disciplinador e romântico, acaba por criar indivíduos insensíveis ao outro, àqueles sujeitos que lhes parecem estranhos no ambiente à sua volta. Faz-se mister “nos deslocarmos do estrito espaço individualista ao qual pretendem nos restringir, de ensaiarmos novas formas de subjetividade e de construirmos alianças que deem sustentação a projetos de sociedade e de vida mais igualitários” (MANCEBO, 2004).

3. O espaço público esvaziado e privatizado: a ideologia capitalista-estatal na intervenção na espacialidade

O modo de produção capitalista tem a mercadoria como símbolo da apropriação. Assim, uma tendência central do capitalismo aponta para uma mercantilização desenfreada de tudo aquilo que se pode transformar em mercadoria, entrando na circulação que ocorre dentro dos mercados. O espaço, portanto, não poderia escapar à lógica de reificação do capital; de mero coadjuvante no processo de produção e

reprodução capitalista, onde as mercadorias eram produzidas e circulavam, passa ele próprio a constituir uma mercadoria, sujeito às “regras do jogo”.

Desta forma, o espaço passa pelo mesmo processo de desvalorização e revalorização que passam as demais mercadorias, de acordo com as exigências do capital global (SANTOS, 1996: 180). É assim que determinado espaço é amplamente valorizado pelo capital, em determinado momento, a depender de uma conjuntura de fatores considerados relevantes pela classe dominante, e, num momento subsequente, passa por um processo de desvalorização, pois aquela dada conjuntura deixa de existir ou deixa de ter a proeminência anterior. Exemplo desse movimento é a desindustrialização de certas áreas caracterizadas pela forte presença do setor secundário em prol de outras áreas consideradas mais estratégicas para o capital. A organização do espaço, das “coisas” passa a ser um dado fundamental” (SANTOS, 1996: 182).

Essa mercantilização dota o espaço de uma fluidez não vista nos estágios anteriores do capitalismo, que se ligava intimamente ao espaço natural no qual estava inserido. Basta recordar que a Revolução Industrial iniciou-se na Inglaterra em meados do século XVIII numa região que dispunha de abundante matéria-prima (à época, carvão e ferro, para mover as máquinas, e algodão, para a produção têxtil) e recursos naturais propícios à expansão industrial.¹⁴

No entanto, paulatinamente a relevância do espaço natural vai sendo reduzida. Primeiro, quando duas regiões possuem virtudes espaciais semelhantes, triunfará, na escolha do capital para a alocação de recursos, aquela que cientificamente está mais preparada, oferecendo maior rentabilidade, isto é, melhor relação entre investimento e retorno de lucro (SANTOS, 1996: 193).

Num segundo momento, a perda de relevância do espaço natural em detrimento de condições outras é maior e se começa a falar em “produtividade espacial”. Apesar da importância relativa da espacialidade natural, importam mais as condições artificialmente criadas (SANTOS, 1996: 197), que gerarão maior rentabilidade ao capital, através de vantagens sociais, incentivos fiscais, doações de terrenos públicos, investimento em infra-estrutura de longo prazo (portos, aeroportos, ferrovias, dutos), fomento do mercado consumidor. Obviamente, as condições naturais ainda possuem relevância na escolha do espaço em que o capital será investido, já que nenhum capitalista escolherá montanhas nevadas para produzir frutas tropicais, ou um local constantemente alagado para a construção de um condomínio de luxo, mas excetuados

esses extremos, muitos espaços que reúnem condições naturais mais interessantes acabam sendo preteridos por locais naturalmente menos lucrativos, mas que se tornam mais competitivos pelas condições criadas artificialmente.

A partir da combinação das condições naturais – agora menos relevantes – e das condições artificiais – de maior relevância – é que se inicia a produção de lugares dotados de “qualidades especiais” como um trunfo na competição global entre diferentes localidades, sejam cidades, regiões ou países (HARVEY, 1994: 266). O Estado, a seu turno, participa ativamente nessa produção de espaços favoráveis ao desenvolvimento do capital, criando e garantindo condições especiais para que os negócios sejam atraídos para determinadas regiões. Os exemplos são os mais variados possíveis, passando desde o macrocosmo global, como as facilidades fiscalizatórias que determinados países oferecem à atividade bancária – os chamados “paraísos fiscais”¹⁵ – ou a vista grossa feita por outros países aos direitos trabalhistas, até o microcosmo local, como a competição entre cidades que oferecem alíquotas zero a determinados impostos para instalação de novas indústrias ou as facilidades oferecidas pela infra-estrutura do lugar.

Na realidade, vive-se uma verdadeira “guerra” de disputa pelo capital. O território e o mercado tornaram-se “conceitos xifópagos, em sua condição de conjuntos sistêmicos de pontos que constituem um campo de forças interdependentes” (SANTOS, 1996: 184).

Consequência dessa disputa territorial é que a desigualdade criada pelo processo de acumulação capitalista atinge também o espaço, que se torna, igualmente, desigual. Por isso, David Harvey propõe que a tradicional expressão “materialismo histórico” seja ampliada para abarcar o espaço:

Mesmo a expressão “materialismo histórico”, observo, apaga a importância da geografia, e se venho me empenhando nos últimos anos para implantar a idéia do “materialismo histórico-geográfico” é que a mudança dessa terminologia nos prepara para olhar com mais flexibilidade e, espero, mais coerência e significação em termos de classes de processos como a globalização e o desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004: 98).

Para David Harvey, o termo “globalização” deveria ser substituído pelo termo “desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2004: 98), que melhor demonstraria qual a principal característica dessa nova fase do capitalismo: não o fato de o capital ter se tornado global, mas o fato de ele desenvolver-se geograficamente de modo desigual ao redor do globo. Essa desigualdade pode ser vista em dois grandes

níveis: no primeiro nível, a globalização aprofundou as desigualdades entre os chamados países centrais e os países periféricos; e, no segundo nível, aguçou as desigualdades geográficas dentro dos próprios países, que têm “bolsões” de riqueza e desenvolvimento ao redor dos quais vive majoritariamente a classe dominada, destituída de capital.

A tradicional paisagem dos burgos do final da Baixa Idade Média (séculos XI a XV) e do início do Mercantilismo (séculos XVI a XVIII), em que o nobre residia no castelo, os burgueses ao redor dele e os camponeses no campo, foi sendo paulatinamente substituída pela paisagem urbana industrial após a primeira Revolução Industrial até chegar à urbe do capitalismo financeiro global, onde os detentores do capital permanecem nos arranha-céus e nas fortalezas residenciais afastadas, ao passo que os proletários residem nos subúrbios¹⁶ mais, ou menos favelizados.

As transformações pelas quais a sociedade moderna e contemporânea passaram foram muito maiores do que a passagem ilustra, e sequer foram lineares, como pode parecer. A intenção, aqui, é justamente dicotomizar a paisagem tradicional do imaginário medieval – o *Schloss Neuschwanstein* da Baviera – e do imaginário contemporâneo – o *Empire State Building* nova-iorquino –, sem, contudo, descuidar do fato de que a ideia de cidade¹⁷ no baixo medievo é completamente distinta e distante da ideia contemporânea de malha urbana. Igualmente, entre o castelo e o edifício há transformações históricas e diferenças abissais, mas que não devem ser aqui tratadas, ante o objetivo do presente estudo.

Essa geografia desigual não é tão estática quanto parece ser; ao contrário, ela é instável – e perversa –, tal qual qualquer outra mercadoria. Fala-se aqui de temas como a desterritorialização, a fragmentação do espaço, a privatização do espaço público e tantos outros que emergem da problemática relação entre espaço e capital. A instabilidade do espaço é visível quando se acompanha com um pouco mais de atenção o desenvolvimento urbano de uma dada cidade, onde bairros tradicionalmente ocupados por residências de médio padrão são substituídos quase que da noite para o dia por um emaranhado de prédios, ou regiões de comércio fervilhante, sendo abandonadas e tomadas pela criminalidade.

A especulação imobiliária transforma paisagens inteiras numa velocidade tão incomensurável, que ao se tomar uma foto de uns poucos anos e compará-la com o espaço presente, talvez apenas o nome da rua ou do bairro permaneçam inalterados (isso se em nome do *marketing* urbano não se mudar para um nome mais *vendável*). No

entanto, é o próprio Estado que fomenta a desigualdade espacial, direcionando os recursos públicos para esta região em detrimento daquela, induzindo a especulação imobiliária ao anunciar investimentos em equipamentos urbanos – “requalificando” ou “reurbanizando” determinada área – ou promovendo ações intensivas de “combate à criminalidade” e de “retomada de territórios dominados”.

Assim, uma determinada região outrora desestimulante ao capital – seja porque muito próxima a uma comunidade pauperizada, seja porque possui condições de tráfego ruins – pode se tornar atrativa ao capital e alvo de vultosos investimentos privados após o Poder Público tê-lo feito anteriormente – expulsando os moradores de prédios invadidos das redondezas ou construindo grandes obras viárias. O contrário é igualmente verdadeiro, pois a leniência do Estado ao resolver os “problemas” (geralmente segundo critérios *mercadológicos*) de determinada área pode torná-la pouco atrativa aos investidores privados. O mercado, portanto, passa a dominar a espacialidade de modo determinante, ao aliar a técnica científica ao poder do capital:

O endurecimento da cidade é paralelo à ampliação da intencionalidade na produção dos lugares, atribuindo-lhes valores específicos e mais precisos, diante dos usos preestabelecidos. Esses lugares, que transmitem valor às atividades que aí se localizam, dão margem a uma nova modalidade de criação de escassez, e a uma nova segregação. Esse é o resultado final do exercício combinado da ciência e da técnica e do capital e do poder, na reprodução da cidade. (SANTOS, 1996: 200)

A intervenção estatal na produção da espacialidade potencializa a desigualdade social na reprodução da cidade, criando a escassez de espaços pelos quais o capital se interessa e recria a luta de classes pela segregação, direta ou indireta, dos espaços. O individualismo do capitalismo é transplantado para a reprodução dos espaços privados e o esvaziamento do espaço público.

Por óbvio, o Estado não intervém na cidade com o claro objetivo de manter a desigualdade espacial e a classe dominante em sua posição de dominação. Sua ação, midiaticamente efetivada, procura disfarçar seus objetivos sob as vestes do “bem comum”, mesmo quando a ação tem caráter evidente de valorização da propriedade privada de determinada região ou de introdução dos investimentos privados. “Somente quando a guerra entre capital e trabalho sai para as ruas é que o Estado mostra que conduz o conflito de classes ao dispor das armas, da força coercitiva pessoal e direta, sob o disfarce da neutralidade” (WOOD, 2003: 47).

A instabilidade do espaço atual se dá porque o capitalismo pretende eliminar todas as barreiras espaciais, “aniquilar o espaço por meio do tempo”, como diz Marx,

mas só pode fazê-lo por meio da produção de um espaço fixo” (HARVEY, 2004: 87). Ainda que possa parecer contraditório, o aniquilamento do espaço ocorre justamente quando o capitalismo produz o espaço físico, pois é inerente ao modo de produção capitalista a acumulação de capital na produção de uma paisagem geográfica, num primeiro momento, para que num momento posterior essa paisagem seja destruída e reconstruída para acomodar nova acumulação de capital (HARVEY, 2004: 87). É por isso que a cidade é constantemente construída e reconstruída no capitalismo, pois à primeira construção equivale um momento histórico de acumulação, que será substituído, em momento subsequente, pela destruição do espaço e pela sua reconstrução, para que um novo momento de acumulação possa ocorrer.

De outra banda, a própria cidade é vista pelas lentes do individualismo; não mais se fala em uma cidade “boa para viver”, mas de determinados espaços da cidade onde a soma de investimentos públicos e privados produz um microcosmo urbano que reúne melhores condições de vida. Nas palavras de Ribeiro (2005):

As grandes cidades atuais são resistentes à proposição de metáforas que sinalizem leituras da totalidade, em decorrência de investimentos de agentes econômicos dominantes, que visam ao controle e à conseqüente privatização do próprio imaginário urbano: marketing urbano e geomarketing. Além disso, as metáforas, potencializadoras de futuros conceitos, enfrentam obstáculos que têm origem na desindustrialização e na fragmentação.

O individualismo permeia o modo de atuação do Estado da mesma forma que o do mercado imobiliário. O desenvolvimento espacial urbano não é mais pensado na totalidade, mas fragmentado, de acordo com um planejamento urbano que visa à melhoria de determinados retalhos da colcha urbana. Isso se torna ainda mais dramático nas regiões metropolitanas das grandes cidades, cujo planejamento desafia não apenas o pensamento fragmentário de uma cidade, mas a fragmentação de toda a malha urbana que recobre diversos municípios limítrofes. A maioria das instituições criadas para fortalecer o planejamento conjunto das áreas urbanas acaba tornando-se dominada pelo município central, que se utiliza desse veículo para expor as suas próprias necessidades como se fossem as necessidades de todos os demais.

Outra consequência da fragmentação do espaço é a maior dificuldade de organização das classes dominadas, “eis que as massas populacionais encontram-se caoticamente organizadas, dispersas e em constante crescimento” (HARVEY, 2004). O individualismo cria sujeitos e comunidades que pensam nos problemas locais apenas localmente, quando na verdade tais problemas afetam uma comunidade muito mais

ampla, trazendo efeitos para toda a cidade ou região. A classe dominada, dispersa, individualiza-se e diminui as chances de conseguir mobilizar o Estado em sua defesa, sendo subjugada aos interesses privados que dominam a arena política.

O Estado, dessa forma, na relação entre espaço e economia, sob os interesses do capital, impõe formas cada vez mais elaboradas de controle e cooperação (SANTOS, 1996: 185). O espaço deve ser controlado para que possa cooperar com a economia. Conforme Milton Santos (1996: 194), sob “esse aspecto, os negócios governam mais que os governos”. Entretanto, o autor defende que o Estado é imprescindível ao capitalismo, apesar das características “sem fronteiras” do capitalismo contemporâneo.

O resultado dessa relação entre economia e política, mercado e Estado, vem sendo “a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global altamente unificado” (HARVEY, 1994: 267). A racionalidade individualista produzida pelo mercado, e absorvida pelo Estado e pelos sujeitos, gera fragmentação do espaço, espaços individualizados que não se comunicam com a totalidade espacial; insegurança, pois ao desconhecer o outro, o sujeito, fechado em sua interioridade, passa a temê-lo; desenvolvimento desigual efêmero, na medida em que nichos espaciais se formam desigualmente ao longo da paisagem, mas de desenvolvimento umbilicalmente dependente do capital. Nasce desse caldeirão de conceitos, pré-conceitos e falta de conceitos para o conflito espacial a “guerra urbana” à qual assistimos diariamente.

A fragmentação e a segregação do espaço ocasionam a ausência de compartilhamento de situações que deveriam ser vivenciadas por todos, como nos serviços públicos em geral. Atualmente, a classe dominante não transita pelos espaços públicos pelos quais a classe dominada obrigatoriamente transita; os detentores do capital não enfrentam o abarrotamento do transporte coletivo, não se tratam no SUS – Serviço “Único” de Saúde –, não matriculam seus filhos no ensino público, ou sequer deixam que eles brinquem na rua – quando não residem em um condomínio fechado –, não fazem compras nas lojas de rua, ou seja, desconhecem a realidade cotidiana do proletariado e quase sequer têm contato visual com ele. Vivem-se dois mundos completamente distintos dentro de uma mesma cidade.

Quando o capital necessita agir no espaço ocupado pelo proletariado, para melhorar as condições de trânsito da região ou diminuir a poluição, em regra a intervenção se dá “de cima”, por meio de desapropriações residenciais, operações

policiais truculentas, ocupações militares e tantas outras intervenções que desafiam os mais básicos direitos das populações afetadas. Trata-se de uma verdadeira disputa territorial, em que o braço armado do Estado é chamado para “mediar” os conflitos, indisfarçadamente sempre em defesa do capital. Essa falta de compartilhamento dos serviços públicos somada ao agravamento das disputas territoriais tem como consequência “uma vivência da cidade limitada a redes sociais consolidadas, o que, por sua vez, fragiliza o exercício da sociabilidade” (RIBEIRO, 2005).

O binômio *exercício limitado da sociabilidade e espacialidade individualista*, originado pelo capitalismo (no qual o Estado se insere, indubitavelmente, como visto), gera um círculo vicioso formador de ambientes que impõem uma “contínua recriação artificial da vida urbana, através de mecanismos de segurança e vigilância que atraem a militarização da experiência diária” (RIBEIRO, 2005). O componente social da subjetividade – no sentido de subjetividade exercida socialmente, ou seja, os elementos externos da subjetividade – é frontalmente prejudicado por essa pernicioso relação entre capital, Estado, espacialidade e individualidade; quem perde, afinal, somos todos nós.

Considerações finais

O modo de produção capitalista, ao contrário do que parece a um olhar mais superficial, não produz diretamente apenas a economia. Ao contrário, como processo civilizatório, traz implicações profundas nos mais diversos ramos do saber.

O Estado, na medida em que é produto e produtor da racionalidade econômica capitalista, tem um importante papel na produção e reprodução da hegemonia da classe dominante sobre a classe-que-vive-do-trabalho, para retomar a expressão de Ricardo Antunes. As diferentes formas de “individualização”, que decorrem do individualismo liberal, do racionalismo administrativo, tecnocrático e disciplinar e do individualismo e coletivismo românticos, são peças-chave na compreensão da subjetividade individualista que imperou nos séculos anteriores e continua a imperar neste início de século.

O sujeito contemporâneo, encarcerado em sua própria individualidade, passa a enxergar o mundo a partir de um individualismo que, ao contrário do que pretendem fazer crer as correntes liberais, não é natural do ser humano. É produto da cultura, e de um tipo específico de cultura que floresceu no Ocidente após o fim do feudalismo europeu, o capitalismo. Ao mercantilizar todos os aspectos da vida, o capitalismo tornou

difícil a socialização, a relação com o outro, sem que o filtro da mercadoria fosse utilizado para mensurar os relacionamentos.

A espacialidade, no mesmo sentido, não escapou desse processo de individualização social induzida pela acumulação capitalista, tornando-se também uma mercadoria e sentindo os mesmos efeitos que as demais mercadorias sofrem na produção e reprodução do capital. Os espaços se tornaram instáveis, assim como os empregos e as relações socio-afetivas, todos marcados pela efemeridade, pela fragmentação e pela mercantilização características desse modo de produção.

O espaço público é esvaziado e, posteriormente, privatizado, num movimento que pode ser acompanhado nas mais diferentes áreas, como as universidades, as estradas, a saúde, a educação e tudo o mais que possa ser mercantilizado e transformado em lucro para a iniciativa privada. Cabe ao Estado gerir o que o capital não pode, ou porque não tem recursos, ou porque não tem interesse, e se manter como fiscal, regulador e, nos momentos de crise, salvador, injetando recursos públicos para que o capital se reorganize.

Ao assumir esse papel, o Estado agudiza o individualismo já bastante presente na racionalidade que permeia a espacialidade, reproduzindo em si a luta de classes. Ele passa a se apresentar, nos conflitos espaciais, como a *longa manu* do mercado, protegendo a propriedade privada e defendendo os interesses da classe dominante. Aos desprovidos de recursos, não há voz, e àquele que não tem voz, numa “democracia” representativa, não resta mais do que continuar a ver a dominação.

Entretanto, estamos “diante de uma oportunidade histórica de apreender o emaranhado que marca a geografia capitalista, de ver a produção do espaço como momento constitutivo da dinâmica da acumulação do capital e da luta de classes (em oposição a algo derivativamente construído a partir dele)” (HARVEY, 2004: 85), e, então, denunciar como o espaço de nossas cidades é cada vez mais uma marca da luta de classes, que destina ao proletariado apenas o espaço pelo qual o capital ainda não se interessou. A militarização e segregação do espaço urbano (câmeras nas ruas, seguranças armados, violência policial, intervenções militares cada vez mais frequentes¹⁸, condomínios fechados, *shopping-centers*¹⁹, entre tantos outros exemplos) apenas demonstra que a luta de classes permeia o espaço urbano e questiona a própria espacialidade. Esse novo problema, gerado pela globalização – ou melhor, pelo “desenvolvimento geográfico desigual” –, requer novas soluções: “Cada época constrói

seus problemas, mas também suas soluções. Uns e outros não são eternos, mas emergem na complexidade de fatores – desejantes, políticos, econômicos, científicos, tecnológicos, familiares, culturais, midiáticos, entre outros – e de enfrentamentos que se apresentam em cada conjuntura” (MANCEBO, 2003).

Referências:

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista. In: _____. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996, p. 13-69.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- FONTES, Virgínia. Determinação, história e materialidade. *Trabalho, educação, e saúde*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 209-229, jul./out. 2009.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e do último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GELLNER, E. *Antropología y política: revoluciones en el bosque sagrado*. Barcelona: Gedisa, 1997.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HIRSCH, Joachim. Forma política, instituições políticas e Estado. *Crítica marxista*. São Paulo, n. 27, p. 9-36, 2007.
- MANCEBO, Deise. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, Ana M. Bahia (org.). São Paulo: Cortez, 2003, p. 75-92.
- MANCEBO, Deise. Indivíduo e psicologia: gênese e desenvolvimento atuais. In: _____. JACÓ-VILELA, Ana Maria (orgs.). *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 35-48.
- MASSIMI, Marina; GUEDES, Maria do Carmo (Orgs.) *História da psicologia no Brasil: novos estudos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. *Dossiê*, Salvador, Caderno CRH, v, 18, n 45, p. 411-422, set./dez. 2005.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Flávia Gonçalves da. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da Educação*. São Paulo, nº. 28, jun. 2009. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S14149752009000100010&script=sci_arttext

ZANELLA, Andréa Vieira. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre, n.º. 17 (2), maio/ago. 2005, p. 99-104.

WOOD, Ellen. Separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo. In: _____. *Democracia contra capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

Joceli de Fatima Arruda Sousa
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
E-mail: joceliarruda@hotmail.com

¹ O conceito de subjetividade é fluido, utilizando-se diferentes autores de diferentes definições, a partir de pressupostos diversos, de modo não consensual. Segundo Flávia Gonçalves da Silva (2009), a subjetividade “é entendida como aquilo que diz respeito ao indivíduo, ao psiquismo ou a sua formação, ou seja, algo que é interno, numa relação dialética com a objetividade, que se refere ao que é externo. É compreendida como processo e resultado, algo que é amplo e que constitui a singularidade de cada pessoa. A ideia de que a subjetividade é algo, mas sem definir claramente o que vem a ser esse algo, é bastante recorrente [...]”.

² Sujeito no sentido de sujeito psicológico, ou, nos dizeres de Andréa Vieira Zanella (2005: 101), “Seguindo a tradição marxista, para Vygotski é através da atividade humana que o ser humano transforma o contexto social no qual se insere e nesse processo constitui a si mesmo como sujeito, ou seja, constitui o seu psiquismo”.

³ Nas palavras do autor: “Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno part time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, os *trabalhadores hifenizados* de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* de que falou Juan José Castilho, os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural*. A classe trabalhadora hoje *exclui*, naturalmente, os *gestores do capital*, *seus altos funcionários*, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. *Exclui* também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e a rural *proprietária*”. (ANTUNES, 2003)

⁴ Obviamente que o Estado, mesmo numa concepção bastante pedestre, não é possível apenas no modo de produção capitalista, já que as experiências socialistas igualmente se apropriaram da forma Estado. Contudo, a especial determinação estatal gestada no modo de produção capitalista torna a forma Estado, nesse sistema, uma estrutura peculiar, que se pretende totalizante, quando aliada à sociedade.

⁵ Segundo dados do próprio Banco Mundial, entre 1998 e 2003, a desigualdade global aumentou em 5% anualmente, apesar de a economia global ter incrementado a renda per capita em 5,7%; durante o período de cinco anos estudados, os 20% mais ricos do globo viram sua renda média aumentar 12%, ao passo que os 5% mais pobre perderam 25% de sua renda. Ou seja, apesar do contínuo crescimento da renda per capita mundial, apenas as camadas mais elevadas do estrato social aproveitaram-se disso, ao mesmo tempo em que as camadas mais pobres vieram a ter sua renda diminuída, o que aumentou o percentual de desigualdade social. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020118_desigualdadebg1.shtml.

⁶ Relatório da comissão de orçamento do Congresso norte-americano de 2011 mostra que a parcela de norte-americanos que compõe os 20% mais pobres teve ganho de 18% na renda anual entre 1979 e 2007, enquanto o 1% mais rico da população viu seus ganhos aumentarem em 275% no mesmo período. Mais dramático ainda é que os 400 americanos mais ricos detêm renda superior aos 50% mais pobres da população do país, algo semelhante a Uganda ou Ruanda, países conhecidos pela péssima distribuição de renda. A desigualdade de renda atingiu níveis jamais vistos na história dos EUA, onde os agora bilionários possuem uma renda superior ao PIB de muitos países pobres da África Subsaariana. Disponível em: <http://cbo.gov/ftpdocs/124xx/doc12485/10-25-HouseholdIncome.pdf>

⁷ Segundo o IBGE, em 2008, 51% da população da cidade de São Paulo vivia num padrão de vida cujo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – é inferior a 0,500, ou seja, um padrão de vida comparável aos países menos desenvolvidos e mais miseráveis do mundo; por outro lado, apenas os seis bairros mais ricos da cidade – Moema, Morumbi, Jardim Paulista, Pinheiros, Alto de Pinheiros e Itaim Bibi – têm IDH superior a 0,800, qual seja o índice dos países mais ricos e desenvolvidos. Isso demonstra como a capital paulista possui uma “ilha de riqueza” em torno da qual se formam imensos bolsões de pobreza, lar da maioria da população da cidade. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/adriana-carranca/ferias-frustradas-1-sao-paulo/>

⁸ Cumpre salientar que a desigualdade de renda caiu, no Brasil, entre os anos de 2001 e 2011, consolidando uma queda iniciada no fim dos anos 90, quando o coeficiente Gini atingiu seu ápice (0,602, numa escala de 0 a 1, onde 0 representa a total igualdade e 1 a máxima desigualdade). Porém, ainda em 2011, ano em que o índice atingiu a menor marca histórica (0,508), os 20% mais ricos ganhavam, em média, quase dezessete vezes mais que os o mesmo percentual dos mais pobres. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2012/11/concentracao-de-renda-caiu-no-brasil-nos-ultimos-dez-anos-diz-ibge.html>. Não obstante a melhora na desigualdade de renda, fruto, em larga medida, dos programas de transferência de renda para a parcela mais pauperizada da população, o acesso ao mercado consumidor por tal fatia dos brasileiros configura outro incremento do modo de produção capitalista, indubitavelmente, pois dá sobrevida ao modo de produção pela aparente melhora geral de vida, sem que se altere a infra-estrutura geradora da desigualdade e da exclusão.

⁹ Segundo Gellner, Johann Gottfried von Herder seria o fundador do Coletivismo Romântico, com seus escritos, na Alemanha, na segunda metade do século XVIII, em contraposição ao individualismo cartesiano e kantiano. Para ele, o desenvolvimento da vida intelectual e moral só seria possível com base em ideias e práticas compartilhadas por uma comunidade, algo impossível de ser alcançado por indivíduos isolados (HERDER *apud* GELLNER, 1997).

¹⁰ Apesar das diferentes matrizes teóricas, a particularidade, segundo Flávia Gonçalves da Silva (2009), “constitui as mediações que determinam a singularidade e a universalidade e concretizada na singularidade. O indivíduo (singular) apropria-se do corpo inorgânico e transforma-o numa possibilidade de se desenvolver plenamente (universalidade). Cada sociedade oferece condições materiais específicas para que os seus membros possam se desenvolver e essas condições se referem à particularidade”.

¹¹ Igualmente, apesar das diferentes matrizes teóricas, a singularidade é, segundo Flávia Gonçalves da Silva (2009), “o que distingue um homem de outros, é o que o torna único na ontogênese humana. A singularidade é produto da história das condições sociais e materiais do homem, a forma como ele se relaciona com a natureza e com outros homens. Conforme a complexificação dessas relações (que foram perdendo o caráter eminentemente imediato para mediato), o indivíduo se distancia das relações imediatas, apropria-se das mediações e objetiva outras. É por isso que o homem só se individualiza, por meio da subjetividade, na relação com outros homens. A forma como o indivíduo percebe e representa a realidade possibilita a construção e a atribuição de significado às suas apropriações e objetivações, produzindo, a partir das relações sociais, sentidos a essas (o conteúdo sensível, o significado e o sentido pessoal para Leontiev) de maneira única; é a sua singularidade, que é construída pela mediação do particular entre o singular e o universal”.

¹² Mais uma vez, apesar das diversas matrizes teóricas, a interioridade é, segundo Maria do Carmo Guedes e Marina Massimi (2004: 13), “a realidade íntima [do sujeito] e seu funcionamento”, ou seja, o *self* do indivíduo.

¹³ Exemplo disso é o fato de que o indivíduo, frente à impossibilidade de cursar uma faculdade em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, não se insurja contra o reduzido número de vagas do ensino superior, ou contra o sistema de entrada que neutraliza as chances da maioria dos estudantes, ou ainda contra o sistema que injeta dinheiro nas universidades privadas em detrimento da abertura de novas vagas na universidade pública, pois já naturalizou a – aparente – meritocracia do sistema, de tal forma que se

resume a reclamar da própria “incapacidade” de conseguir “passar no vestibular”. Outro exemplo surge quando uma pessoa é assassinada ao ter entrado em uma região favelizada e o público em geral culpa a vítima, por ter entrado em um lugar “proibido”, sem questionar como pessoas morrem simplesmente por passarem por determinado local, deixando de lado perguntas de solar importância.

¹⁴ Exemplo notável é a cidadezinha de Coalbrookdale, Inglaterra, onde pela primeira vez na história, em 1709, o minério de ferro foi derretido usando o carvão, material que seria o motor das máquinas a vapor na Revolução Industrial ao redor do globo. A cidade foi um dos berços da industrialização justamente porque contava com depósitos de carvão, minério de ferro, calcário e argila bastante acessíveis, para sua transformação em aço, tijolos e porcelana, além de estar situada às margens de um rio largo e profundo o suficiente para que as barcas transportassem as mercadorias com facilidade para os mercados consumidores.

¹⁵ E não só os paraísos fiscais criam condições favoráveis às atividades financeiras em geral; há mesmo uma competição entre os países que respeitam os pactos internacionais acerca da publicidade dos dados e movimentações de seus clientes – para o combate à lavagem de dinheiro, sonegação, corrupção, terrorismo e outros crimes internacionais relacionados –, como mostra o recente exemplo do veto isolado da Grã-Bretanha sobre as alterações propostas pelos demais países nos tratados europeus sobre o sistema financeiro. As alterações propostas pelos países continentais atingiram diretamente a *City of London*, o coração financeiro de Londres, que rende anualmente 32 bilhões de libras aos cofres britânicos em operações bancárias, pelo que o Primeiro-Ministro David Cameron preferiu correr o risco de romper com a União Européia a aceitar o tratado.

¹⁶ Como se verá mais à frente, a posição geográfica de uma localidade em relação ao centro da cidade não é o único elemento da geografia desigual. Nas cidades brasileiras facilmente se consegue visualizar a superposição de espaços tradicionalmente ocupados por classes proletárias e burguesas, como nas regiões centrais favelizadas das grandes metrópoles e as favelas dos morros cariocas muito próximas dos “cartões postais” ou os condomínios de luxo situados nas regiões metropolitanas. Porém, é de se notar que, sobretudo nas grandes cidades, criam-se “ilhas” de riqueza circundadas por enormes arelas suburbanas pauperizadas (vide São Paulo e a região do Alto Pinheiros, Jardim Paulistano, Chácara Itaim, Vila Olímpia, Vila Conceição e Jardim Europa; Rio de Janeiro e a região do Botafogo, Lagoa, Ipanema, Leblon e Gávea; Belo Horizonte e a região de Savassi, Funcionários e Lourdes; Brasília e o Plano Piloto. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/imoveis/noticia/2617649/site-revela-bairros-mais-caros-rio-sao-paulo-confira>).

¹⁷ Cumpre salientar que o próprio sentido e alcance do conceito de cidade (e seus equivalentes *ville*, *city*, *ciudad*, *Stadt*, *città*) não é unânime na sociologia, direito, economia, urbanismo e em tantas outras áreas, variando ainda entre países, autores, organizações e empresas.

¹⁸ Elementos esses que demonstram a face mais visível da militarização e segregação do espaço urbano.

¹⁹ Ao contrário, condomínios residenciais, espaços multiuso fechados, centros comerciais e *shopping-centers* trazem uma faceta não tão facilmente detectáveis da militarização e segregação social existentes na cidade contemporânea, já que o uso da força e da vigilância são mais sutis, mas igualmente têm a velada intenção de dar a sensação de segurança a uma classe social determinada em detrimento da insegurança das “ruas”.